

**A SUBJUGAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO QUILOMBOLA AO CAPITAL NA
AMAZÔNIA: ANÁLISE SOBRE O QUILOMBO BOA VISTA NO MUNICÍPIO DE
ORIXIMINÁ (PARÁ)***

**THE QUILOMBOLA LABOUR SUBJUGATION BY THE CAPITAL IN THE AMAZON:
ANALYSIS ON BOA VISTA QUILOMBO FROM ORIXIMINÁ COUNTY (PARA)**

**LA SUBYUGACIÓN DE LA FUERZA DE TRABAJO QUILOMBOLA AL CAPITAL EN LA
AMAZONÍA: ANÁLISIS DEL QUILOMBO BOA VISTA EN EL MUNICIPIO DE
ORIXIMINÁ (PARÁ)**

Silvia da Silva Correa

Geógrafa, Mestranda do PPGG/UNIR
silvia.silvacorrea@gmail.com

Alyson Fernando Alves Ribeiro

Geógrafo, Mestrando do PPGG/UNIR
alyson_pop17@hotmail.com

Ricardo Gilson da Costa Silva

Departamento de Geografia/UNIR
rgilson@unir.br

RESUMO

O avanço das grandes empresas na Amazônia introduziu novas configurações territoriais, submetendo a natureza e as populações tradicionais à lógica de reprodução do capital. O espaço geográfico passa a ser transformado para atender as demandas capitalistas que não somente modificam a natureza em mercadoria, mas subordinam as populações locais às racionalidades do capital. O texto analisa o processo de transformação da comunidade quilombola Boa Vista em força de trabalho assalariada da empresa de mineração Rio do Norte (MRN). Discute as modificações ocasionadas na forma de produção e organização do território quilombola, principalmente quando estes substituem suas práticas coletivas e extrativistas para assumir o trabalhador assalariado sob as condições regidas pelo capital.

Palavras-chave: Quilombolas. Mineração. Trabalho

Abstract

The advance of big companies in the Amazon introduced new territorial configurations, submitting the nature and traditional peoples to capital's logics of reproduction. The geographical space becomes transformed to meet the capitalist demands that not only change the nature on commodities, but subordinate local communities to the capital's rationalities. The text analyzes the transformation process of Boa Vista quilombola community on paid labor force, working to Rio do Norte Mining Company (MRN). It discusses the changes on forms of production and organization of quilombola territory, especially when they replace their collective and extractive practices to become employed under conditions governed by the capital.

Keywords: Quilombo. Mining. work

Resumen

El avance de las grandes empresas en la Amazonía introdujo nuevas configuraciones territoriales, sometiendo la naturaleza y las poblaciones tradicionales de la lógica de reproducción del capital. El espacio geográfico se transforma para satisfacer las exigencias capitalistas que no sólo cambian la naturaleza de la mercancía, pero las comunidades locales subordinados en las racionalidades de capital. El texto analiza el proceso de transformación de la comunidad quilombola Boa Vista, en fuerza de trabajo remunerada de la empresa de mineración Río del Norte (MRN). Discute los cambios introducidos en la forma de producción y organización del territorio quilombola, principalmente cuando reemplazan sus prácticas colectivas y extractivas para tomar el empleado en las condiciones que se rigen por el capital.

Palabras clave: Quilombolas. Mineración. Trabajo

(*) O presente artigo contou com o apoio financeiro das agências de fomento CAPES/UNIR e Programa Santander Universidades/UNIR.

INTRODUÇÃO

A incorporação da Amazônia brasileira aos mecanismos de reprodução ampliada do capital atinge todas as áreas geográficas da região, alterando seus liames internos e as formas sociais secularmente presentes. No espaço rural esse processo geográfico configura as novas escalas da relação social, ampliando as relações externas das populações/comunidades amazônicas que viviam eminentemente dos recursos do território, sem impor alterações significativas em seu meio geográfico.

As frentes capitalistas modificam o meio natural ao produzir novas mercadorias globalizadas, fazendo avançar os espaços do agronegócio, das hidrelétricas, das madeireiras e das mineradoras (meio técnico e técnico-científico-informacional). Essa agenda territorial implica a transformação direta da sociabilidade dos povos da floresta, cujas solidariedades orgânicas são agora invadidas pelas solidariedades organizacional do capital (SANTOS, 1996; SILVA, 2014).

O artigo analisa as transformações territoriais na comunidade quilombola Boa Vista, localizada às margens do rio Trombetas (Figura 1), no município do Oriximiná (Pará), que teve seu território “cercado” e restringido pelo capital mineral e governo federal, representado pela territorialização da empresa mineradora Rio do Norte (MRN). O capital ao se territorializar na região submete a comunidade quilombola Boa Vista a uma relação desigual e dependente, mediante a metamorfose da forma de trabalho comunitária quilombola em trabalho assalariado, mediado pela contratação de serviços precarizados através da Cooperativa de Trabalho da Comunidade do Boa Vista - COOPERBOA.

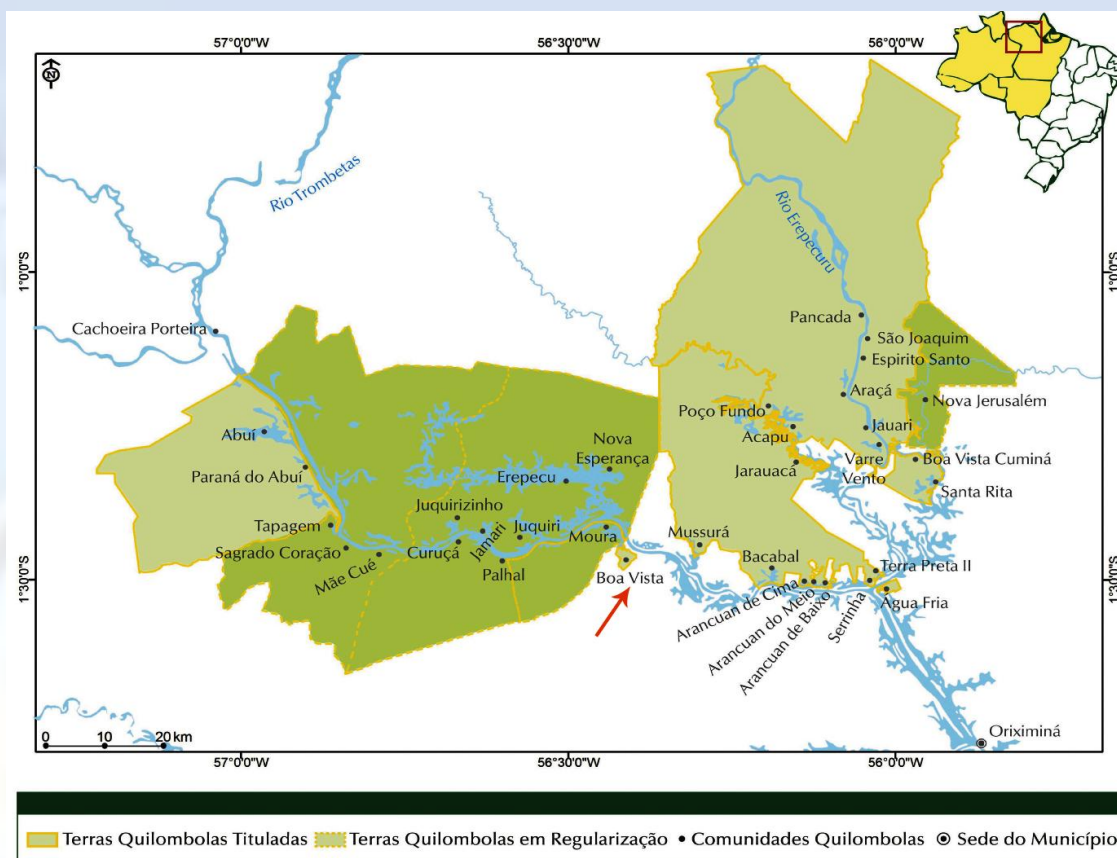


Figura 01: Comunidades Quilombolas em Oriximiná

Fonte: CPI-SP (2011)

Para este estudo foram realizados levantamentos bibliográfico e documental, trabalho de campo (realizado em dois períodos: 02 a 13 de dezembro de 2013 e 06 a 14 de junho de 2014) na Comunidade Boa Vista, na *company town* Trombetas, na Cooperativa de Trabalho da Comunidade do Boa Vista – COOPERBOA e na Associação do Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO).

Os resultados obtidos demonstram que quase 80% das famílias quilombolas da comunidade tem algum membro familiar prestando serviço para a mineradora através da cooperativa local, desempenhando funções de baixa remuneração (jardinagem, doméstico e auxiliar de serviços gerais). No trabalho assalariado, os quilombolas são desviados de suas práticas e costumes coletivos para a individualidade do trabalho assalariado. Nesse sentido, verifica-se a forte dependência da comunidade em relação à empresa mineradora, donde são inseridos subalternamente no mundo do trabalho do capital. A pesquisa evidencia que a proximidade dos quilombolas com a empresa transformou a comunidade em uma “periferia urbana” da mineração, onde se tem acesso ao trabalho assalariado (emprego), escola, hospital, lojas, etc..., mas no seio de uma relação desigual, exploratória e, sobretudo, de alienação territorial.

FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO RIO TROMBETAS

As comunidades quilombolas na Amazônia representam um importante conjunto de populações negras africanas, que foram “inseridas” na região como força de trabalho escravo nas fazendas de cacau, gado, engenhos e lavouras. No Pará, especialmente na região do Baixo Amazonas¹, o trabalho escravo cresceu acompanhado do desenvolvimento do comércio de cacau silvestre e cultivado, importante gênero de exportação do Grão-Pará entre 1773 a 1782. Assim, a introdução da força de trabalho negra na região do Baixo Amazonas, embora muitas vezes diminuída e até negada, foi bastante significativa para o desenvolvimento da economia regional e para a formação dos quilombos (MARIN; CASTRO, 1995 e 1998).

Diante dos maus tratos e condições desumanas em que eram submetidos pela sociedade escravocrata, os quilombos constituíram-se em território, base de resistência e liberdade dos negros escravizados. As rotas de fugas empreendidas pelos escravos, em função da coerção física e da exploração excessiva, eram favorecidas pela imensidão da floresta e da rede hidrográfica amazônica, onde encontraram abrigo e refúgio ocasionando a formação de inúmeros quilombos. Esses quilombos foram fortemente reprimidos e destruídos, entretanto, na região do rio Trombetas, devido o encachoeiramento dos rios, a dificuldade de acesso e certo isolamento geográfico, os negros fugitivos conseguiram organizar um dos maiores quilombos da Amazônia².

Segundo Vicente Salles (1971), entre os séculos XVIII e XIX os principais mocambos³ da Amazônia situavam-se no Grão-Pará, hoje atual Estado do Pará, especialmente: no rio Trombetas, em Oriximiná; rio Curuá, em Alenquer; rio Anajás, no Marajó; margens do Tabatinga, em Cametá; no Alcobaça, atual Tucuruí; margens do rio Guamá, Moju, Capim (Caxiú), Mocajuba (litoral atlântico); e em Gurupi (divisa entre Pará e Maranhão), conforme demonstra a Figura 02.

¹ O Baixo Amazonas compreende a região oeste do Estado do Pará, abrangendo os municípios de Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém, Terra Santa, Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, e Monte Alegre, entrecortada pelos rios Amazonas e Tapajós.

² Os quilombos do rio Trombetas eram considerados os ‘Palmares’ amazônico e estima-se que tenham abrigado mais de 2 mil indivíduos, originários do re-agrupamento dos quilombos Inferno e Cipotema, destroçados, em 1812, pela expedição punitiva no rio Curuá em Alenquer (WANDERLEY, 2006; SALLES, 1971; ANDRADE, 1995; MARIN; CASTRO, 1998).

³ Termo utilizado nos séculos XIX por governadores e corpos de policiamento para identificar o agrupamento de fugitivos, formado notadamente por escravos (MARIN; CASTRO, 1998).

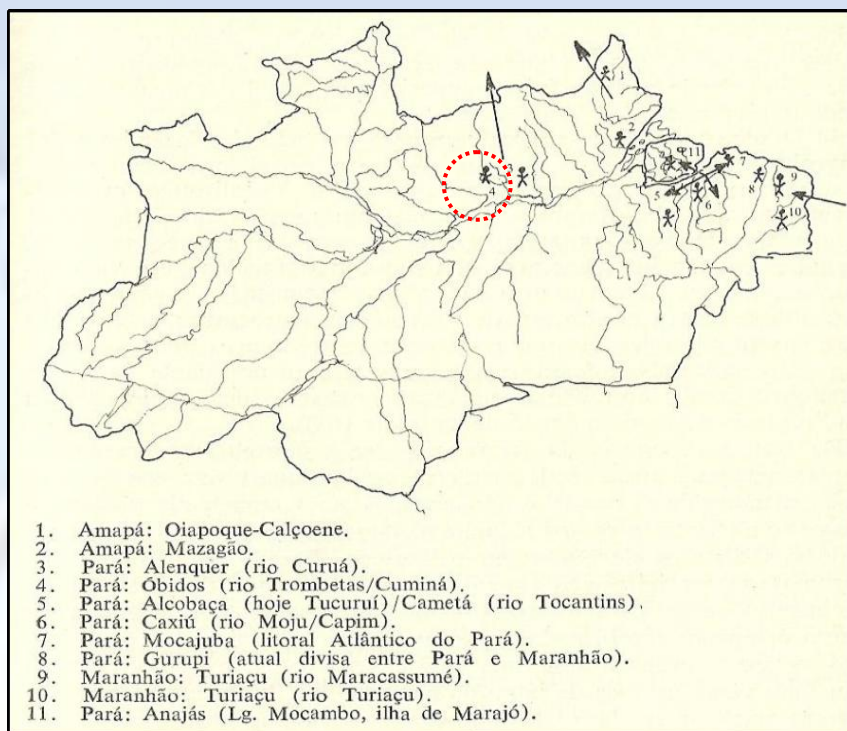


Figura 02: Localização dos principais quilombos do Grão-Pará, formados nos séculos XVIII e XIX.
Fonte: Salles (1971)

Os negros se refugiavam nos quilombos movidos pela necessidade e sonho de liberdade, dado a sua condição desumana na sociedade escravocrata brasileira em que os mesmos eram socialmente considerados como uma mercadoria, sujeita às vontades e às leis dos seus senhores. A Figura 02 aponta os vários agrupamentos de negros que em resistência ao regime escravo se aquilombavam em lugares distantes e de difícil acesso em meio à floresta. Os quilombos do rio Trombetas resistiram à escravidão e às viagens punitivas, representando atualmente importantes territorialidades quilombolas, totalizando 35 comunidades, distribuídas ao longo do rio Trombetas e seus afluentes, no município de Oriximiná, oeste do Estado do Pará.

As comunidades quilombolas do Trombetas desenvolveram na floresta, nos rios e nas relações de parentesco toda uma organização social e territorial baseada na coletividade, no extrativismo, nas trocas com os grupos indígenas e nos saberes elaborados sobre a natureza, contribuindo para com sua reprodução social e cultural. Até meados da década de 1960, os negros ocupavam 'livremente' as áreas do alto e médio rio Trombetas, com autonomia comunitária e organizados segundo regras coletivas, vivendo da caça, pesca, pequena agricultura e extrativismo da castanha, açaí, óleos vegetais, resinas, madeira, cipós e etc., estando livres com seus instrumentos de trabalho e experimentavam um espaço-tempo modulado pelos regimes da natureza. Assim, o

tempo da caça, da pesca, da coleta e das festas eram tempo-espaço regidos pelas dinâmicas naturais.

Os territórios quilombolas foram se consolidando ao longo do Trombetas, em terras de uso comum, controlados pelos próprios sujeitos coletivos no seio de uma relação de pertencimento e de uso do espaço natural apenas como sobrevivência e reprodução dos grupos sociais ali territorializados. O trabalho era desenvolvido para garantir o sustento familiar e as festas coletivas. Nos quilombos se produziam os utensílios de barro, fogão à lenha, as tecelagens de palha para as moradias, paneiros, instrumentos para a caça e pesca e os rituais de crença e de curas combinando as plantas com os saberes desenvolvidos e herdados.

A partir da década de 1960, os espaços dos quilombolas do Trombetas sofreram profundas transformações com o processo de territorialização do capital, subsidiado pelo governo autoritário, visando à exploração mineral, e em 1971 se instala no interior das comunidades quilombolas o Projeto Trombetas, cujo objetivo era extrair o minério de bauxita através da Mineradora Rio do Norte (MRN). Emergem os conflitos engendrados pelas contradições no uso do território, que de um lado se forma o território do capital, com sua rede de relações de produção, baseados na produtividade, no lucro, na tecnologia e na exploração intensiva da natureza e do homem e, de outro, o território dos quilombolas, com suas tradições, raízes, costumes, tendo na natureza o valor de uso e reprodução familiar.

A concepção de território na perspectiva crítica deve ser compreendida a luz da dialética, como uma síntese contraditória da totalidade das relações de poder e relações sociais, materializadas espacialmente, em que o Estado desempenha a função de mediador de interesses sociais conflitantes. Na questão em análise, nas lógicas diferenciadas de produção e reprodução do território emergem novas configurações territoriais, sociais, culturais e econômicas. Fernandes (2001) aponta que das relações contraditórias do capital desdobram-se disputas políticas, ideológicas e estratégias de dominação que ensejam diferentes projetos de desenvolvimento territorial, econômico, social e político. O território assim substanciado por desigualdades, diferenças, conflitos e contradições se apresenta como campos de poder (Raffestin, 1993).

O território reflete as tramas, os processos de dominação e de apropriação nas relações sociais, econômicas, políticas dos diferentes agentes sociais que produzem e controlam o território, fazendo uso de diversos meios e instrumentos, inclusive à força, resultando em conflitos, embates e disputas. Souza (2005) aponta que o território constitui

um campo de forças, cujos agentes buscam o controle territorial, aflorando as contradições no uso da terra e da natureza no processo de acumulação do capital. Esse campo de poder se constitui por redes de relações que se articulam nas mais diversas escalas geográficas (HAESBAERT, 2004).

REPRODUÇÃO DO CAPITAL, TRABALHO E NATUREZA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Para que possamos compreender a reprodução do capital mineral na floresta amazônica, além do manejo dos fatores de produção, torna-se necessário analisar a metamorfose social induzida pelo capital na comunidade quilombola Boa Vista, transposto no metabolismo social da condição de trabalho coletivo extrativo para trabalho assalariado, subjugando sua força de trabalho e constituindo, assim, numa das principais transformações imposta pela presença do capital em relação aos quilombolas.

Nessa perspectiva, o capitalismo vem impondo sua lógica na floresta e desse modo tem subordinado o arranjo da produção, a divisão do trabalho e as relações de trabalho, desorganizando e reproduzindo novos territórios, que nesse caso é o território do capital e da sociabilidade capitalista. A metamorfose da comunidade quilombola, que se caracteriza pelo trabalho coletivo extrativista, para a forma trabalho assalariado, na medida em que as atividades que os qualifica como extrativista agora são substituídas pela relação capital e trabalho no âmbito do território do capital, cria uma nova dependência sob o domínio do capital. Os quilombolas deixam de viver exclusivamente dos recursos de seu território para vivenciar a modernização capitalista na floresta, dada a metamorfose da natureza em mercadoria (a extração da bauxita) e a emergência do trabalho assalariado. Isso amplia a o espaço das forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho) e a transformação das relações de produção nas áreas em que, numa perspectiva Miltoniana, poderíamos qualificar de meio natural, mas que contemporaneamente modifica-se em meio técnico com a expansão do espaço do capital (SANTOS, 1996).

As relações de produção são, na essência, relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social. São, portanto, relações sociais de produção. Essas relações constituem o núcleo do processo produtivo e Marx, em sua concepção histórica, sustenta isso afirmando que determinado modo de produção é condicionado pelas relações existentes, em cada época, entre o desenvolvimento das forças produtivas

e as relações de produção (IANNI, 2005; KONDER, 2009). No modo de produção capitalista a força de trabalho é uma mercadoria especial, pois possibilita a geração de outras mercadorias que serão trocadas por dinheiro, engrenando o lucro aos capitalistas detentores dos meios de produção. Ainda, segundo Ianni (2005, p.133), “a intensificação da força de trabalho, rouba do trabalhador o tempo livre que dispunha para se dedicar às suas culturas particulares de subsistência”, o que nos permite associar que os quilombolas transformam-se progressivamente em trabalhador assalariado, mas, todavia, permanecem com a propriedade coletiva do território e com a possibilidade ainda de extração dos recursos desse território (caça, pesca, coleta de frutos, etc...).

Atualmente, com a territorialização da mineradora em áreas próximas aos territórios quilombolas, essa liberdade está sendo ideologicamente amputada pelo mecanismo da proletarização, via o ‘engenho’ subliminar e oculto da subjugação da força de trabalho dos quilombolas à lógica capitalista de produção, que tem por objetivo a obtenção do lucro através da exploração da força de trabalho. Nesta perspectiva, podemos elucidar que o modo de produção capitalista expande-se sobre o território quilombola, impondo suas relações de produção, (re)produzindo um espaço fragmentado e articulado, materializando esta lógica de produção mediante a subjugação da comunidade quilombola à condição de mão de obra assalariada, essencial para a reprodução ampliada do capital. Portanto, a reprodução do capital não se prende somente à expropriação dos quilombolas de seu território, e sim, à dependência criada na apropriação da força de trabalho, que será capitalizada através do processo ideológico da subjugação do quilombola aos ditames do capital, por meio da dominação de sua energia corpórea e mental.

Segundo Oliveira (1998) o capital desenvolveu liames de subjugação que funcionam como peias, como amarras aos camponeses e aos demais segmentos sociais que atualmente se denomina ‘povos da floresta’, transformando relações não-capitalistas em relações capitalistas de produção, que força esses segmentos a atender a lógica da geração de lucro para o capital. Depreende-se daí o que seria essencial para a reprodução do capital - a separação do trabalho e dos meios de produção- não se constitui como a única condição de acumulação do valor. Ocorre a apropriação da mais-valia produzida pelos quilombolas sem a necessária expropriação de seu território e esse mecanismo de apropriação da riqueza que os aliena deve-se à subjugação da força de trabalho ao capital mineral.

Na comunidade quilombola Boa Vista é comum perceber, a partir das falas dos trabalhadores, que a empresa Mineração Rio do Norte (MRN) é a 'tábua de salvação' que possibilita sua sobrevivência através da oferta de emprego, onde o preço pago pela força de trabalho é justo e coerente com a função desempenhada. Assim, esta relação de troca é estruturada de forma combinada, aparentemente equitativa, porém, na realidade é desigual, tendo em sua essência a exploração, em que o capital apropria-se do valor produzido sob a forma de lucro, pagando ao trabalhador apenas uma fração mínima do valor produzido em forma de salário, para que este possa se reproduzir apenas enquanto trabalhador e se perpetue nesta condição de vendedor de mão de obra produtiva, barata e altamente dependente.

No nível ideológico é esta relação social produtiva mercantilizada pautada no império do valor da troca a base da metamorfose do quilombola (extrativista) em proletariado (trabalho assalariado). Desta forma o capital produz através do instrumento ideológico da alienação a ilusão de que o trabalhador quilombola necessita trabalhar, de que deve vender sua mão de obra e receber um salário que possibilitará as conquistas de itens básicos para sua sobrevivência, tornando-se o elo mais vulnerável na cadeia do sistema produtivo, em que o produto do seu trabalho é repartido entre os diversos elementos do sistema capitalista mundial.

Podemos constatar que o trabalho assalariado se constitui em um mecanismo estruturante dentro da lógica capitalista e a intensificação das relações de trabalho ocorrem dentro de um processo de modificação dos valores culturais e sociais na comunidade quilombola. A subjugação é um instrumento ideológico da lógica capitalista sendo oculto, pois é visto como um mecanismo natural, que tem como objetivo à benfeitoria da promoção do desenvolvimento, inserindo no mundo do trabalho uma comunidade quilombola que necessitaria de trabalho para sobreviver em seu próprio território. Por isso a subjugação da força de trabalho imbricado com a alienação do território pode e deve ser descortinada, dado que reproduz um círculo vicioso de 'apadrinhamento', onde os trabalhadores quilombolas veem-se como devedores e dependentes em relação ao patrão, no caso, a Mineradora Rio do Norte (MRN).

QUILOMBO BOA VISTA E MINERAÇÃO RIO DO NORTE (MRN): TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIEDADE-NATUREZA-TRABALHO .

A comunidade quilombola Boa Vista tem sua espacialidade construída pela descida das 'águas brava', localizadas no alto rio Trombetas, com trechos encachoeirados e de difícil acesso, para áreas mais próximas da cidade de Oriximiná. De acordo com os quilombolas entrevistados, o nome *Boa Vista* advém da boa visibilidade do rio e da floresta, uma vez que se encontra 'no alto de um barranco', permitindo a vigilância e uma visão privilegiada (Figura 03).



Figura 03: Vista a partir do "alto do barranco", no quilombo Boa Vista.

No primeiro plano, tem-se um barco e casas dos quilombolas. No segundo plano, a presença de grandes navios para o transporte de bauxita.

Fonte: Trabalho de Campo (2014)

Acevedo e Castro (1998, p.215) explicam que a formação do povoado Boa Vista surgiu com o deslocamento de membros de famílias quilombolas que moravam na Comunidade da Tapagem e escolheram o local entre o Igarapé da Água Fria e a entrada do Lago do Moura para fixarem residência, inclusive, de acordo com as autoras, esse local possuía registro cartorial feito em nome de Claudino Bentes da Conceição. Nesse território os quilombolas desenvolveram suas relações sociais e de vizinhança, beneficiando-se da riqueza dos castanhais, do extrativismo e da agricultura de subsistência.

A instalação da Mineradora Rio do Norte, em meados da década de 1970, altera substancialmente as articulações das comunidades quilombolas, provocando exclusões, conflitualidades, violência e dominação na região do rio Trombetas. O avanço do capital em espaços periféricos além de transformar as relações preexistentes tornam esses lugares, antes “invisíveis” ao Estado e mesmo à sociedade envolvente, em espaços “visíveis” à reprodução do capital nacional e internacional, mas que são estranhos aos interesses dos sujeitos locais. Esses interesses estão articulados a uma rede de investimentos que propiciam a reprodução do capital se apropriando dos recursos naturais, base da existência de populações que tem na floresta seu principal meio de reprodução social e territorial, como os quilombolas.

O capital mineral ao se instalar no território quilombola Boa Vista, se apropria das áreas de roça, pesca, caça e extrativismo quilombola. Além disso, introduz a institucionalização de órgãos públicos e empresas privadas, na região para atender o projeto, normatizando segundo seus interesses um conjunto de regras e leis no território, a exemplo a instalação das empresas Jari, Petrobrás, Andrade Gutierrez e de bases de órgãos como IBDF/IBAMA e Exército Brasileiro. Nesse contexto, expropriação, violência, ameaças e restrições aos quilombolas foram marcas deixadas no processo de territorialização da MRN no Trombetas. Contraditoriamente, a comunidade Boa Vista, a mais ameaçada pelo projeto, apoiada pela Igreja Católica e pela criação da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (ARQMO), amparada no artigo 68 (ADCT) da Constituição Federal, consegue em 1995 a Titulação de parte do seu Território⁴, ou seja, duas décadas depois da territorialização do capital mineral em seu território.

Desse modo, a Comunidade Boa Vista se vê cercada pelo território da mineradora de um lado, e de outro pela criação no entorno de Unidades de Conservação, o que lhe impede de reproduzir-se a partir do trabalho extrativo (caça, pesca e coleta). Assim, uma das formas de resistir no território quilombola foi submeter sua capacidade laboral ao capital mineral, uma vez que as áreas onde realizavam o extrativismo foram apropriadas pelo Projeto Mineral, ou seja, houve um cercamento e diminuição de seu território. Em 04 de julho de 1996, com o apoio da Empresa cria-se a Cooperativa de Trabalho da

⁴ A comunidade quilombola Boa Vista, foi a primeira no Brasil a receber titulação coletiva de suas terras. No dia 24/11/1995, a União Federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), outorgaram à Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista (ACRQBV), a titulação coletiva de uma área de 1.125,0341, o que não representou a incorporação das áreas onde realizavam o extrativismo, roças comunitárias, caça e pesca.

Comunidade do Boa Vista (COOPERBOA), com o objetivo de prestar serviços diversos para a *company town* Trombetas e a atividade mineradora (ver Figura 04). Os cargos contratados pela Mineradora, através da Cooperativa, foram e continuam sendo basicamente nas atividades de zeladoria, auxiliar de serviços gerais, serviços de campo, operador de roçadeira, operador de máquina roçadeira lateral e motorista de veículos leves.



Figura 04: (A) Escritório administrativo da COOPERBOA, na área da *Company Town* Trombetas. (B) Trabalhador Quilombola prestando serviço à Mineradora na função de auxiliar de serviços gerais (ASG), na parte do Horto do Projeto.
Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Os quilombolas do Boa Vista, através da Cooperativa, passaram então a submeter sua força de trabalho ao capital mineral e tal processo veio acompanhado de um conjunto de transformações na cultura, nos costumes e no cotidiano dos quilombolas. Envolvidos pela ilusão do consumismo e dos novos valores ideológicos advindos com o projeto, os quilombolas se inserem subalternamente numa rede de relações externas, desviando de suas raízes e costumes, como podemos observar nesta entrevista:

Antes todo mundo, um ajudava o outro, a gente fazia serviço um pelo outro, serviço, comunitário, mutirão todo mundo ia, hoje ninguém não vai, se tu não pagar não tem quem trabalhe pra ti, então isso daí não muda, essa é uma situação que foi eles [Se referindo a Empresa Mineradora (MRN)] que trouxeram pra cá, que antes não era desse jeito. Então hoje ninguém num faz nada pra outras pessoas aqui de graça, qualquer coisa que tu peça pra alguém fazer pra ti, ele vai te cobrar, então isso foi uma das coisas que mudou e que não tem como voltar a atrás, a cultura acabou tudo. Não existe mas nada..., quando eu me entendi a minha vó tinha roça, todo mundo fazia roça, farinha, agora tudo é comprado, eles acabaram com tudo.
Entrevistado I, barqueiro, quilombola do Boa Vista.

O processo de proletarização dos quilombolas mostra o quão destrutivo é o avanço do capital em territórios não capitalistas, já que contraditoriamente além de expropriar, monopolizar e subjugar as suas racionalidades, induz também a ideia do

‘moderno’, do novo, da individualidade, do consumismo, criando e multiplicando os territórios de dependência. Assim, transforma a comunidade quilombola em ‘sobrantes’, verdadeiros exércitos de reserva na floresta, submetidos ao trabalho de baixa qualificação já que os torna ao mesmo tempo supérfluos e descartáveis, em funções laborais que exige pouca qualificação e nível de escolaridade.

A perda da autonomia e liberdade de trabalho para o capital implica também a alienação e acomodação no território, uma vez que a jornada de trabalho assalariado e o tempo do capital absorve a capacidade criadora e organizativa do quilombo. Desse modo ocorre o processo de fragmentação dos quilombolas, que não conseguem se fortalecer internamente em suas organizações políticas, tornando-se vulneráveis e passando, inclusive, a reproduzir o discurso do capital. A produção desigual do território capitalista evidencia como o avanço capitalista na floresta redefine os territórios, sujeitando as populações a diferentes e contraditórias relações, além de estruturar, desarticular e hierarquizar as forças locais ao seu processo de dominação e hegemonia. Nessa perspectiva, pouco se questiona a ordem e a lei do capital, ficando esses papéis restritos aos mais idosos e a algumas lideranças, que veem toda a sua história, resistência e raízes serem desviadas para os novos valores promovidos pelo capital, colocando em risco a perda do vínculo com o território, este conquistado na luta política.

Quando a mineração fechar as portas aqui pra nós, o que vai acontecer é que a comunidade vai dar as suas terras pro o povo de fora, e vão embora pra cidade, a maioria do pessoal vão embora pra cidade vão deixar seus terrenos seus lugares e depois vão se arrepender e vai ser tarde demais. Porque eu, meu marido e mais uns poucos, sabe mexer com a terra, sabe mexer com a roça, sabe plantar, sabe colher, só que essa juventude hoje não sabe nada, tá sendo ensinado outras coisas”.

...

“Hoje aqui na comunidade Boa Vista não tem pessoas pra se destacar, pra correr atrás numa reunião, pra ouvir, pra reivindicar não tem..., só é: eu estou ocupado, eu tô trabalhando, eu tô no meu emprego, eu tô bem no meu emprego e acabou-se, sabe.. aquela coisa assim. Se eu tô trabalhando, eu tô bem no meu emprego, eu tô ganhando 3 mil reais, eu não tô nem aí, que o povo da comunidade se lasque, não tô nem aí com o resto”.

Entrevistado II, 59 anos, quilombola da Comunidade Boa Vista.

Conceição (1991) explica que a expansão do capital se faz de forma desigual e contraditória, através da transformação do camponês em trabalhador assalariado e a subordinação deles na terra sem serem expulsos. Essa situação parcialmente ocorre no quilombo estudado, uma vez que parte do território quilombola foi apropriada com a territorialização da mineradora e a outra parte, aparelhada pelo Estado, foi titulada em nome dos quilombolas que tiveram, pela pressão territorial, que se metamorfosear de extrativista em trabalhador assalariado, via cooperativa de trabalho. Neste caso, como o

capital não pôde se apropriar de toda a terra quilombola, transformou a força de trabalho disponível, convertendo-os em 'proletários da floresta'. Assim, despossuídos das suas áreas extrativas, os quilombolas se veem obrigados a trabalhar como diaristas e assalariados, formando uma massa precarizada submetida às imposições do capital, tirando-os sua autonomia e resistência.

O controle do capital sobre esses territórios na Amazônia é apoiado pelo aparelho do Estado e suas políticas desenvolvimentistas, colaborando com a manutenção do controle capitalista e a exploração dos recursos naturais, materializadas no 'consenso' do progresso econômico do país. A ordem espacial do capital se consolida a medida que os discursos hegemônicos condicionam a natureza e o trabalho sob o viés do lucro e da exploração da mão de obra. O Capital, ao se apropriar dos meios de produção e da força de trabalho familiar, limita a reprodução desses grupos, pressionando-os de várias formas, inclusive expulsando-os para os espaços periféricos das cidades. Nas entrevistas realizadas no Boa Vista, com o desenvolvimento da atividade mineradora, muitas famílias se viram obrigadas a mudar para área urbana de Oriximiná e construir uma segunda moradia, inclusive como alternativa, quando demitidos pela empresa, ou finalizarem as atividades contratuais com a cooperativa.

O trabalho assalariado modificou as relações comunitárias e familiares dos quilombolas, uma vez que novos valores foram assimilados, especialmente pelos mais jovens, que passaram a ter acessos a aparelhos tecnológicos, influenciando nos costumes e hábitos tradicionalmente reproduzidos. Nas entrevistas foram relatadas as mudanças no comportamento dos jovens, que com frequência fazem uso de álcool, drogas, modas e ampliaram seus círculos de amizade, tendo maior acesso a informação e as conexões fora do quilombo. Essa situação está intimamente ligada ao fetichismo do consumo supérfluo de mercadorias e de valores externos à realidade das famílias. As famílias quilombolas passaram a ter acesso a crédito em lojas, via o uso do cartão de crédito e débito, passando a se endividar mais para adquirir mercadorias introduzidas pela sociabilidade do capital.

Nesse sentido, os mais jovens não são mais ensinados a cultivar suas raízes; são desviados desta e se apropriam da cultura capitalista, estranha a sua, mas que passa a ser assimilada sem objeções. O trabalho com o artesanato, nas danças, nos rituais, na culinária típica, são atividades que não despertam mais interesse da juventude, e que passam a não ser mais reproduzidas, ficando limitados aos idosos e alguns poucos. Os jovens buscam novas atividades de lazer e também um trabalho na empresa. O fato de se

tornarem assalariados já os diferenciam no sentido de adquirir bens mercadorias que são utilizadas de forma individual, tornando-se mais desafiador a cooperação, o mutirão, a ajuda mútua, uma vez que agora assalariados, podem comprar e adquirir de forma privada seus bens de consumo. Portanto, torna-se evidente as transformações nas relações espaciais, sociais, culturais e de trabalho dos quilombolas com a territorialização do capital na floresta amazônica, revelando as lógicas desiguais de uso do território e as estratégias de reprodução do capital em espaços não-capitalistas.

CONCLUSÃO

A subjugação da força de trabalho quilombola ao capital se realiza nas relações exploratórias do capital, galgadas na lei de valor de troca, em detrimento do valor de uso. Assim, transforma os territórios não capitalistas, inserindo-os na lógica do capital via subordinação da força de trabalho e do território. A transformação da força de trabalho quilombola em mercadoria aliena a visão totalizante do grupo sobre o seu território, ocasionando a perda de seus costumes e a desrealização coletiva do trabalho que o passa a ser aos ditames do capital mineral.

Os quilombolas desprovidos de seus territórios extrativos são envolvidos pela lógica da empresa mineradora, tendo como alternativa de sobrevivência no território a submissão do que ainda lhe resta, que é a sua força de trabalho em funções que a empresa dispõe. Ao se transformarem em trabalhadores assalariados e em função da jornada de trabalho se afastam da luta política, das organizações, como também dos costumes tradicionalmente vividos no cotidiano do grupo, antes da territorialização do capital.

Assim, o território do capital vai se configurando no seio de relações desiguais, conflitantes e contraditórias. Essas relações são engendradas por múltiplas relações de poder, envolvendo classes antagônicas, onde contraditoriamente para a expansão do capital, necessita-se da fragmentação, domínio e controle do outro.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CPI-SP. Comissão Pró-Índio de São Paulo. **Terras Quilombolas em Oriximiná: pressões e ameaças**. 1 ed. São Paulo: CPI-SP, 2011. 42 p.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI, Octavio. A formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, João, P. (Org). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980.** 1. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2005.

KONDER, Leandro. **O marxismo na batalha das idéias.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 200p.

MAESTRI, Mario. A aldeia ausente: índio, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, João, P. (Org). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980.** 1. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2005.

MARIN, Rosa Acevedo; CASTRO, Edna. Grandes projetos e terras de negro: conflito e resistência no Trombetas. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila; MAIA, Maria Lúcia. **Industrialização e grandes projetos:** desorganização e reorganização do espaço. Belém: Editora da UFPA, 1995. pág. 301-333.

MARIN, Rosa Acevedo; CASTRO, Edna Ramos. **Negros de Trombetas:** guardiões de matas e rios. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labor Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **O campo brasileiro no final dos anos 80.** Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n.66, p.5-22, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da S. A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato. **Revista NERA.** Presidente Prudente: Ano 8, n. 6, p. 46 – 58, 2005.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará. Sob o regime da escravidão.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Serv. De publicações [e] Universidade Federal do Pará, 1971.

SANTOS, Marleide M. **Movimentos Sociais: Na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe**. 2008. 325 f. Tese (Doutorado em Geografia), Núcleo de pós-graduação em Geografia – NPGeo, Universidade Federal de Sergipe – UFS.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. **Revista GeoAmazônia**, Belém, n. 2, v. 01, p. 144 - 165, jan./jun. 2014.